

Aprendizagem linguística ativa por meio da cartografia sintática: Por uma prática pedagógica reflexiva

Active linguistic learning through syntactic cartography: For a reflective pedagogical practice

Yan Silva 

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
yansilva@letras.ufrj.br

RESUMO

As estruturas topicalizadas e o sujeito, ainda que guardem semelhanças, são construções distintas na Linguística Gerativa. Não obstante a essa concepção, as Gramáticas Tradicionais, por meio de critérios discursivos, definem o sujeito como “o ser sobre o qual se faz uma declaração.” (CUNHA, 1975). Essa definição além de incoerente, também apresenta inconsistências, uma vez que tal categoria gramatical é um fenômeno sintático. Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo além de evidenciar as incoerências da Gramática Tradicional na conceituação do elemento sujeito, também propor uma análise de estruturas topicalizadas fundamentada no Programa Cartográfico de Gramática Gerativa (RIZZI, 1997). Ainda que não tenha sido testada quantitativamente, a hipótese é de que os conhecimentos metalinguísticos das teorias formais levam luz para explicações mais coerentes com o conhecimento interno do falante que passa pelo processo de escolarização. Ademais, propõem-se como metodologia práticas didáticas no ensino de sentenças que contenham tópico, com o arcabouço da Aprendizagem Linguística Ativa (PILATI, 2017), que promove o uso de materiais manipuláveis nas aulas de gramática, a fim de oferecer o exercício de metacognição no ensino de língua.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística; Cartografia Sintática; Aprendizagem Linguística Ativa.

ABSTRACT

Topicalized structures and the subject, even though they have similarities, are distinct constructions in Generative Linguistics. Despite this conception, Traditional Grammars, through discursive criteria, define the subject as “the being about which a statement is made.” (CUNHA, 1975). This definition, in addition to being incoherent, also presents inconsistencies since this grammatical category is specific. In this sense, the work aims to, in addition to highlighting the inconsistencies of Traditional Grammar in the conceptualization of the subject element, also provide an analysis of topicalized structures based on the Generative Grammar Cartographic Program (Rizzi, 1997). Although it has not been tested quantitatively, the hypothesis is that the metalinguistic knowledge of formal theories brings light to explain more coherently with the internal knowledge of the speaker who goes through the schooling process. Furthermore, teaching practices are proposed as a methodology for teaching sentences that contain topics, with the framework of Active Linguistic Learning (Pilati, 2017), which promotes the use of manipulative materials in grammar classes, in order to offer the exercise of metacognition in language teaching.

KEYWORDS: Linguistics; Syntactic Cartography; Active Linguistic Learning.

INTRODUÇÃO

Talvez uma das benesses mais significativas do ser humano seja a linguagem, quer pelo fato de ela permitir a compreensão de mensagens na vida cotidiana, quer pelo suporte orgânico humano que licencia sua exteriorização. Neste trabalho, estamos adotando a hipótese inatista, empreendimento teórico que assume a linguagem sendo uma dotação biológica, isto é, um Dispositivo de Aquisição de Linguagem (*Language Acquisition Device*) que está codificado na configuração genética do ser humano. Nascermos com diversos órgãos, tais como coração, fígado e pulmões, mas também nascemos com um tal dispositivo da linguagem, o qual nos possibilita falar. De acordo com Chomsky (2015), a linguagem não só é complexa como também altamente especializada, sendo constituída de princípios aplicáveis a todas as línguas.

Na assunção do autor, tais princípios são comumente chamados de gramática universal (UG). Para tanto, segundo a teoria, além de a criança nascer com um organismo específico para adquirir linguagem, ela precisa dos dados externos para que possa haver a fixação em sua gramática dos parâmetros, que formam o sistema particular de determinada língua.

Além disso, na teoria gerativa há um destaque para as representações sintáticas a partir dos diagramas arbóreos, que evidenciam a relação entre sintagmas, sobretudo a vinculação da estrutura verbal com o Argumento Externo - que, geralmente, é o “sujeito” da sentença. Ademais, há a necessidade de se pensar a existência de determinados sintagmas que, ainda que não sejam exigidos pelo predicador verbal, aparecem comumente nas sentenças. Nesse sentido, as construções tópico-sujeito entram como objeto de estudo.

Sob o olhar dos precursores da Gramática Gerativa, havia um vácuo representacional das construções tópico-sujeito, uma vez que a Teoria X-Barra (CHOMSKY, 1986) restringe-se às camadas em CP, IP e VP. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo principal suprir determinada lacuna da Teoria X-Barra, promovendo e analisando as construções “tópico-sujeito” como parte integrante da teoria supracitada sob a luz da Cartografia Sintática, que possibilita descrições representativas pormenorizadas de estruturas (NETO, 2021). Tal proposta está ancorada no Programa Cartográfico que, segundo Tescari Neto (2021), ocupa-se da análise precisa e minuciosa da estrutura sintática e de outros domínios estendidos, como, por exemplo, a projeção estendida do nome, do adjetivo, entre outros.

Com relação à metodologia utilizada, foi feita uma pesquisa de cunho teórico, já que revisitamos bibliografias acerca da temática aludida. Quanto à abordagem, há uma pesquisa qualitativa, na medida em que fizemos uma ampla análise de dados do português brasileiro (Doravante, PB), que foram analisados por estudos anteriores e pelo próprio autor do artigo.

Para tanto, o artigo está dividido da seguinte maneira: inicialmente, haverá a apresentação da temática abordada, bem como suas problematizações e a metodologia adotada no presente trabalho; na primeira seção, haverá uma reflexão acerca das definições contraditórias e incoerentes da gramática tradicional acerca do “sujeito” da sentença; posteriormente, na seção 2, haverá a explicitação do Programa Cartográfico de Gramática Gerativa; na seção 2.1, haverá a apresentação do sistema CP sob o viés cartográfico; por fim, far-se-á a conclusão.

1. O SUJEITO NA GRAMÁTICA TRADICIONAL

Estudiosos há algum tempo vem suscitando uma série de debates acerca das incoerências e da falta de consistências da GT ao tentar definir diversos artefatos gramaticais, além de discordarem recorrentemente de seu caráter normativo. Perini (1985) defende que tal compêndio deva ser sistemático, consistente e livre de contradições. Todavia, apesar de ter passado diversas décadas, a GT continua sendo o principal aparelho pedagógico do professor de língua materna, além de ser cobrado incessantemente em diversos concursos públicos. Neste âmbito, este parágrafo pretende apontar os diversos erros que se recorrem ao tentar definir o “sujeito” da sentença na doutrina gramatical.

Um ponto principal a se discorrer é acerca da definição do “sujeito” da sentença. “O sujeito é o termo sobre o qual se faz uma declaração”. (CUNHA, 1975, p. 137.). Nessa asserção feita pela GT, esperam-se ser encontrados na língua exemplos que tal conceituação seja aplicada. Todavia, por meio de exemplos se vê que tal definição não é universal tampouco coerente com o que se entende como sujeito lógico da sentença:

- 4) As pizzas de chocolate, eu comi no final de semana.
- 5) Nessa fazenda vende/vendem muitos animais.
- 6) Em São Paulo chove demais.

Em (4) podemos perceber que o elemento [As pizzas de chocolate], ainda que seja o termo sob o qual se faz uma declaração, não corresponde ao sujeito lógico da sentença, uma vez que não checa caso nominativo tampouco concordância. Por sujeito lógico entendemos aquele que está associado à predicação verbal: ser um argumento externo e corresponder ao sujeito semântico (Avelar, 2009). Em (5), o sintagma [Nessa fazenda] representa um PPloc, um

sintagma não argumental e que, por uma autorização do PB, há a concordância com o verbo, ainda que não represente o sujeito lógico. Para Cardinaletti (2004), tais artefatos representam o sujeito da predicação. (cf. Quarezemin; Cardinaletti, 2017). Por fim, em (6), [em São Paulo] é igualmente um PPloc, não-argumental, e o ser sobre o qual se faz uma declaração, conquanto não seja o sujeito lógico da sentença.

Ao fazemos a análise sintática das frases, temos a clara certeza de que em (4) o sujeito lógico é [eu]; (5), sujeito indeterminado; (6), oração sem sujeito. Isso ocorre porque existe uma dualidade de doutrina gramatical: há uma doutrina gramatical explícita e outra implícita (cf. PERINI, 1985). A doutrina gramatical explícita seria aquela utilizada por meio de conceitos que estão nos compêndios, ou seja, a famigerada definição de sujeito ser “o termo sobre o qual se faz uma declaração”. A implícita seria o mecanismo mais consciente que utilizamos para fazer nossas análises. Em (6) ao levarmos em consideração a definição, julgaremos [em São Paulo] como sujeito da sentença, ao passo que em nossa análise tal oração não possui sujeito. Sendo assim, a doutrina gramatical implícita (DGImp.) guia nossas decisões na análise gramatical (PERINI, 1985).

Além disso, o critério semântico subjaz a definição gramatical do elemento sujeito. Tentam definir sujeito como “o elemento que pratica ou recebe a ação expressa pelo verbo”. (cf. SANTOS, 2003). A doutrina gramatical explícita, que neste contexto possui caráter semântico, deveria, a priori, ser capaz de abarcar as seguintes frases:

7) O Maracanã balançou na última terça-feira.

8) A cidade foi invadida por terroristas.

Utilizando-se de critérios explícitos da GT, julgar-se-iam os sujeitos das sentenças, respectivamente, como [O Maracanã] e [A cidade], uma vez que estão em posição pré-verbal e concordam com o verbo. No entanto, a partir da definição semântica de sujeito, ambos os sintagmas não desencadeiam uma ação, visto que possui traço [-hum]. Se se utilizasse o critério sintático (o sujeito ser o elemento com o qual o verbo concorda), talvez haveria menos imbróglis e mais sistematicidade.

Essas confusas definições de “sujeito” se originam da tentativa de se definir elementos gramaticais a partir de características discursivas (Pontes, 1986). Isso pode ser evidenciado na medida em que em (4) há um elemento topicalizado [As pizzas de chocolate], o que geralmente a GT chama de objeto direto deslocado à esquerda. Por questões discursivas, há a possibilidade de em PB topicalizar e/ou focalizar constituintes na língua. Sobre isso, Duarte (2007) aventa:

Na verdade, essas definições de sujeito e predicado que constam de nossas gramáticas tradicionais são as conceituações de “tópico” e “comentário”, que podem coincidir ou não com os elementos a que nos referimos como “sujeito” e “predicado”. Assim, numa sentença como “Corrida de cavalo, eu nunca fui ao jôquei clube” (Nurc-RJ), o termo “corrida de cavalo” é o tópico sobre o qual se faz um comentário “eu nunca fui ao jôquei clube”. Em outra sentença - “A minha amiga Maria nunca foi ao jôquei para ver uma corrida de cavalo” -, o tópico “a minha Maria” coincide com o sujeito gramatical da oração e o comentário coincide com o que chamamos de predicado (DUARTE, 2007, p. 186).

Nesse sentido, ao não fazer a diferenciação de sujeito x tópico das sentenças mesclam-se questões discursivas com conteúdo sintático, além de muitas das vezes tentar fundir ambos, o que corrobora para seu imbróglio. A Cartografia, para tanto, potencializa esse estudo visto que traça uma dicotomia sintática entre sujeito lógica da sentença e estruturas topicalizadas¹ no sistema CP.

2. O PROGRAMA CARTOGRÁFICO: ESMIUÇANDO A ESTRUTURA DA SENTENÇA

Convém elucidar que Chomsky (1986) assumiu que além de uma zona temática (VP), responsável pela relação de atribuição de papéis temáticos entre os sintagmas e a saturação do predador verbal em seus respectivos argumentos, também haveria na estrutura da sentença projeções funcionais (IP e CP). O Middlefield (ou camada IP) seria responsável pelo estabelecimento de Caso e concordância; a camada CP, por sua vez, pela interface entre o conteúdo proposicional do IP e uma camada superior relacionada às questões discursivas e pragmáticas, além de alocar sintagmas Wh, como que, o quê, quando, qual, etc. Nesse sentido, houve a extensão da proposta inicial.

No entanto, a partir de exames de línguas como o inglês e francês (Pollock, 1989), os “cartógrafos” começaram a defender a ideia de que a estrutura sintática das sentenças era bem mais articulada e, por isso, era preciso oferecer a representação das estruturas da forma mais esmiuçada possível. Vale notar que já havia uma ampliação da estrutura arbórea: CP > IP > VP (Chomsky, 1986). Para tanto, o texto seminal de Pollock (1989) *Verb Movement, Universal Grammar, and the Structure of IP* potencializa o Projeto Cartográfico (Doravante PC) visto que, ao observar as diferentes formas de movimento de verbos finitos nas línguas inglesa e francesa com advérbios, chega à conclusão de que ao passo que no inglês o verbo finito não sobe na sentença visível, no francês tal movimento é obrigatório. De acordo com Chomsky (1989), tal

¹ O trabalho de Li e Thompson (1976) discute a tipologia das línguas. As autoras propõem que há línguas em que a sentença é mais bem descrita pela formação de sujeito-predicado, ao passo em que há outras cuja estrutura se dá por tópico-comentário.

fenômeno ocorre devido ao nódulo Agr: o inglês apresenta Agr fraco, por isso, não é capaz de ocasionar a subida do verbo. O francês, por sua vez, possui Agr forte, potencializando a subida do predador verbal.

Vejamos exemplos:

Francês

Jean embrasse souvent Marie

“Jean beija frequentemente Marie”

Jean souvent embrasse Marie

“Jean frequentemente beija Marie”

Inglês

1a) John often kisses Mary

“John frequentemente beija Mary”

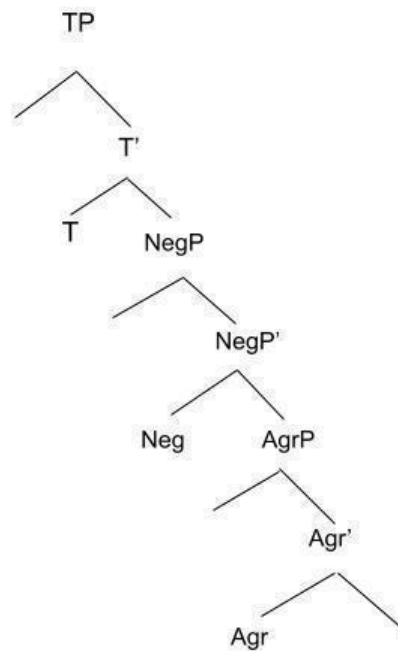
2a) *John kisses often Mary

“John beija frequentemente Mary”

(POLLOCK, 1989, p. 367)

A partir desses dados de Pollock (1989), podemos observar que, ao passo que na língua francesa o verbo precisa se mover para T - uma vez que se adjunge ao advérbio *embrasse*, que é evidência de que houve movimento - na sintaxe visível (1), no inglês o verbo tampouco precisa subir, visto que caso isso ocorra, a sentença torna-se agramatical (2a). Esse estudo pioneiro de Pollock desencadeou uma expansão da camada IP, justamente para dar conta da variação entre línguas - como inglês e francês em relação à subida do verbo. De acordo com a autora, no francês haveria esse movimento visível uma vez que a língua francesa comportaria um paradigma de flexão mais rico e, paralelamente, as noções de tempo e concordância seriam mais explícitas. Para tanto, a autora expande o Middlefield (camada IP), justamente para dar conta dessa variação entre ambas as línguas. Haveria, pois, duas camadas: TP e Agrp, responsáveis pelos traços de tempo e concordância, respectivamente.

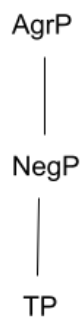
Figura 1 - Proposição de Pollock (1989)



Fonte: POLLOCK (1989)

Belletti (1990) propôs uma reformulação em tal projeção, visto que iria se apoiar no Princípio do Espelho, o qual defende a ideia de que haveria uma correspondência entre ordem morfológica e derivação sintática, ou seja, as derivações morfológicas teriam de refletir diretamente as derivações sintáticas (e vice-versa) (SALIMO, 2021). Cabe ressaltar que, para Belletti (1990), um dado predicador verbal teria de primeiro passar pelo núcleo de TP para receber informações de tempo e, posteriormente, movimentar-se para o núcleo de AgrP a fim receber traços de concordância; propondo, assim, a estrutura:

Figura 2 - Proposição de Belletti (1990)



Fonte: SILVA, 1990

De acordo com Tescari Neto (2022), as categorias funcionais seriam ordenadas fixamente entre as línguas e seriam universais. Isso significa que esses primitivos gramaticais estariam codificados em todas as línguas e, além disso, haveria uma ordenação rígida, tal como apregou Chomsky (2001) acerca do Princípio da Uniformidade, que "na ausência de fortes evidências que apontem para o contrário, assume-se que as línguas são uniformes e as variações são restritas a propriedades facilmente identificáveis dos enunciados." (CHOMSKY, 2001, p. 2).

Tal como o núcleo flexional sofreu dilatamento, a zona CP também recebeu extensão e, conseqüentemente, houve o armazenamento de mais projeções funcionais dentro dessa camada a partir do estudo precursor de Rizzi (1997). Assume-se que o domínio CP acomoda constituintes com características pragmáticas-discursivas e de escopo. Para tanto, o molde do sistema tem a seguinte formatação:

(3) ForceP > ToP > FocP > TopP > FinP > IP

No íntimo de CP há subsistemas: ForceP - FinP e ToP-FocP (cf. Rizzi, 1997). ForceP corresponde ao tipo de sentença - declarativa, interrogativa etc.- e faz uma interface com a sentença superior, nomeadamente matriz. Mioto (2001) assume que, a depender do tipo de predicador verbal, este irá subcategorizar um ForceP interrogativo ou declarativo. FinP, por sua vez, faz a conexão entre IP e CP, além de fornecer referência acerca da finitude da oração.

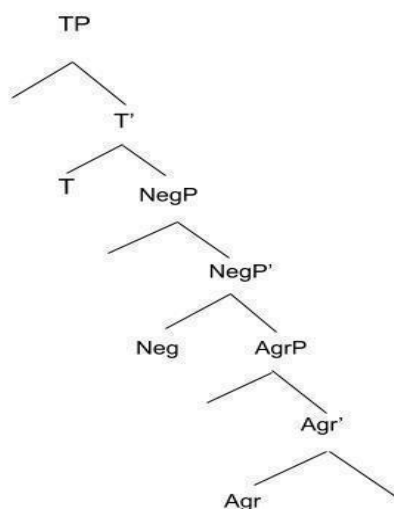
Para tanto, o artigo estará dividido da seguinte maneira: na primeira seção, haverá uma análise da forma como a qual a Gramática Tradicional (Doravante GT) tenta definir o sujeito da sentença, que comumente mescla critérios sintático e semânticos, além de comprovar que tais definições estão em consonância para estruturas de tópico-comentário; na segunda seção, haverá a assunção do Programa Cartográfico, que busca tentar explicar fenômenos sintáticos com base na defesa de estruturas mais articuladas, pois consegue mapear em que camada funcional estão localizados o sujeito e o tópico da sentença; por fim, haverá uma proposta de transposição desse estudos cartográficos para a Educação Básica, sobretudo para o ensino de "sujeito".

3. SISTEMA CP: A EXPANSÃO DA CAMADA COMPLEMENTADORA

O quadro teórico adotado neste trabalho é o gerativista, embora, por uma limitação projecional da Teoria X-Barra, adotemos especificamente o Projeto Cartográfico. Como dito anteriormente, a Cartografia aparece no cenário linguístico recentemente, sendo uma vertente capaz de evidenciar mais projeções na estrutura argumental. Ela tenta desenhar estruturas com mais projeções por entender que o esqueleto de uma sentença envolve mais camadas. Além disso, buscar-se-á enfatizar a periferia à esquerda da oração.

Neste âmbito, (Rizzi, 1997) considera que se deve pensar em um lugar para estruturas que contenham topicalização e foco, uma vez que tais estruturas superiores seriam elementos que compõem a cláusula oracional. Assim, diferentemente da aceção da Teoria X-Barra, que entende o modelo projecional com três camadas VP, IP e CP, o autor pensa que, para além das informações que o CP deve exprimir (tanto a especificação de força quanto para a finitude), os lugares de topicalização e focalização devem estar assentados na estrutura, sendo cinco núcleos funcionais, tal como no exemplo abaixo:

Figura 3 - Proposição de Rizzi (1997)



Fonte: RIZZI (1997)

A partir dessa representação arbórea, entende-se que a especificação de Força (*force*) está direcionada para fora da sentença, sendo responsável por determinar se a proposição é interrogativa, declarativa ou exclamativa e pela relação dela com a matriz superior, ao passo que a Finitude (*finiteness*) está direcionada a identificar uma caracterização do sistema flexional

- finitude da sentença -, definindo-o como finito ou infinito - como também conecta a camada CP à IP.

Assim, quando o CP se expande para alojar tópico ou foco, ForceP e FinP são expressos necessariamente cada um com sua função em cima e embaixo. Porém, quando não há expansão do CP, ForceP e FinP são expressos sincreticamente como CP. (Miotto, 2001, p. 104)

Ambos os sistemas são regidos a partir de uma seleção de um núcleo. Tem-se o ForceP, o qual irá categorizar se a sentença é declarativa, interrogativa, exclamativa; e FinP, que comandará a sentença se finita ou infinitiva. Consideremos as sentenças (1) e (2):

- (1) O chefe perguntou [ForceP em que local Luísa deixou os papéis].
- (1a) * O chefe perguntou [ForceP que a Luísa deixou os papéis].
- (2) O professor pensa [ForceP que a turma deveria estudar mais].
- (2a) * O professor pensa [ForceP onde a turma deveria estudar mais].

No exemplo (1), pode-se afirmar que o verbo perguntar categoriza um ForceP interrogativo, o que faz a sentença ser gramatical, isto é, uma frase bem formada no português brasileiro. Em (1a), embora o verbo perguntar categorize um ForceP interrogativo, há a presença de um ForceP declarativo. Em (2), o verbo pensar categoriza um ForceP declarativo, exigência essa que é satisfeita. Em contrapartida, no exemplo (2^a), conquanto o verbo pensar pressupunha uma declaração, o ForceP é interrogativo, motivo pelo qual gera a agramaticalidade da frase.

Além disso, podemos inferir que, tal como evidenciadas nas duas sentenças, há uma dependência de ForceP e FinP, uma vez, se houver um ForceP declarativo, haverá uma sentença finita; se houver ForceP interrogativo ou imperativo, haverá uma sentença infinita, como elencado abaixo:

- (1) Ele perguntou se você irá à praia.
- (2) Será que ele vai vir hoje?
- (3) Não me peça para ficar.

Nos exemplos acima, podemos depreender que, enquanto em (3) há uma sentença finita, fruto do ForceP ser declarativo; em (2) e (3), há sentenças infinitas, na medida que apresentam-se em ForceP interrogativo e imperativo, respectivamente.

direção, procuramos coadunar os conhecimentos da Linguística Formal - como o Programa Cartográfico - para a elucidação, em sala de aula, da sintaxe do Português Brasileiro, que vislumbra determinados sintagmas na posição de sujeito gramatical que não correspondem ao argumento requerido pelo predicado verbal.

Entretanto, *a priori*, cabe ressaltar que postular uma interface dos estudo da linguística formal com a Educação Básica é importante por dois motivos: primeiro porque os estudos linguísticos contemporâneos tendem a contribuir cada vez mais com a educação, uma vez que eles possibilitam uma melhor reflexão sobre o que é língua e como ela está alocada e organizada na mente humana; segundo porque a gramática passa a ser entendida como um conhecimento internalizado pelo falante, o que, paralelamente, auxilia o professor de língua portuguesa na reformulação de sua prática pedagógica e na problematização de uma aula pautada majoritariamente na prescrição gramatical.

De acordo com Pilati (2017), a Aprendizagem Linguística Ativa busca justamente aplicar contribuições da Linguística na Educação Básica, com objetivo, sobretudo, de que a experimentação, a metacognição e reflexão sobre os dados linguísticos se façam presente, corroborando para o construto do conhecimento e da consciência do funcionamento do sistema linguístico da língua portuguesa, conforme aponta a professora.

A abordagem da Aprendizagem Linguística Ativa busca reunir conceitos advindos da Linguística a práticas de aprendizagem ativa e a princípios da aprendizagem, a fim de proporcionar práticas pedagógicas mais eficazes e que contribuam para um aprendizado mais efetivo da estrutura e das virtualidades do idioma, buscando um ensino mais consciente, crítico e vinculado a processos de leitura e de escrita (Pilati, 2017, p. 69).

Dessa forma, Pilati (2017) defende o uso de materiais manipuláveis nas aulas de língua portuguesa sob à luz da Aprendizagem Linguística Ativa. Por materiais manipuláveis, a autora entende que podem ser definidos como quaisquer materiais que possam ser tocados (de forma concreta ou virtual) e cujo uso tenha sido planejado para evidenciar e explicitar propriedades linguísticas (cf. Pilati, 2020), como podemos observar alguns exemplos:

Figura 4 - Material manipulável de ensino de SVO



Fonte: Site da Gramaticoteca

Na imagem 04, retirada do site *Gramaticoteca*, houve a elaboração de um material capaz de evidenciar as funções sintáticas dos elementos em uma frase com a ordem não canônica, ou seja, em que o adjunto adverbial foi deslocado para o início da sentença. Esse material consegue vislumbrar o caráter dinâmico da língua - uma vez que os termos podem estar em posições que não lhe são naturais pela organização estrutural da gramática de determinada língua - que, no nosso caso, é a gramática do português brasileiro. Além disso, tal material provém da noção da Teoria X-Barra, que tenta descrever e explicar a hierarquia dos sintagmas (Miotto, 2004). Essa teoria consegue levar o aluno a pensar sobre os termos, na medida em que o verbo retratar, que é um predicador e, portanto, faz seleção argumental, requer dois argumentos, que, respectivamente, serão inseridos em S - sujeito - e O - objeto. Caberá ao professor ressaltar que o adjunto adverbial deslocado não foi requerido pelo verbo e que, portanto, poder-se-ia ser retirado da sentença. A partir desse jogo pedagógico, é possível levar à compreensão de processos sintáticos que estão no conhecimento linguístico de cada usuário da língua e, sendo assim, possibilitar que o indivíduo veja a língua como um sistema organizado e dinâmico.

A Aprendizagem Linguística Ativa assume três princípios:

- Levar em consideração o conhecimento prévio do estudante;
- Desenvolver o conhecimento profundo sobre o assunto;
- Promover a aprendizagem ativa por meio do desenvolvimento de habilidades metacognitivas.

Nessa perspectiva, levando em consideração que os alunos da Educação Básica precisam refletir acerca do sujeito e do tópico das sentenças, elaboramos um jogo pedagógico nomeado “Cara a cara com o Tópico-Sujeito”. Esse jogo pedagógico está inserido em uma sequência didática, em que o professor de língua portuguesa, a fim de demonstrar sistematicamente a língua portuguesa aos alunos, poderá contribuir para uma aprendizagem gradual, explícita e sistemática.

De início, o professor irá verificar o conhecimento prévio dos estudantes. Para isso, poderá levar a analisá-los diversas frases expostas na lousa em que se verifica a presença de tópico-sujeito (é necessário, paralelamente, que as sentenças estejam contextualizadas). Esse momento é imprescindível visto que é a avaliação do docente acerca dos conhecimentos adquiridos pelos alunos nos anos anteriores de escolaridade. Numa segunda etapa, o professor irá abordar as conceituações aventadas pela Gramática Tradicional e confrontá-las com os exemplos que contrariam tais prescrições. Esse momento está inserido na experimentação. Isso objetiva que os alunos compreendam que a GT - ao contrário do que nos fizeram acreditar - não se estrutura por critérios coerentes e consistentes. Na terceira parte, que é a organização das ideias, o professor irá discutir e fomentar a ideia da necessidade de definirmos sujeito levando em consideração a perspectiva sintática, na medida em que essa categoria gramatical é um elemento selecionado pelo predicador verbal (o famigerado verbo), e, portanto, definições discursivas não dão conta do fenômeno analisado. Posteriormente, irá ser aplicado o Jogo Pedagógico “Cara a Cara com o Tópico-Sujeito”.

Neste jogo, dois alunos poderão participar. Então, o discente terá de descobrir o sujeito lógico da sentença - o qual estará anexado, a partir de um capacete, em sua testa. A partir de perguntas feitas pelo outro, terá de deduzir o SN selecionado pelo predicado verbal. É importante salientar que haverá um tempo para cada jogada. O objetivo principal é levar a reflexão, por meio do material manipulável, o fenômeno linguístico “tópico-sujeito”, favorecendo uma aprendizagem significativa e pautada na Faculdade da Linguagem. Vejamos, abaixo, fotografias que ilustram tal jogo:

Figura 5 - Ilustração de material manipulável “Cara a Cara com o Tópico-Sujeito”



Da esquerda para direita: Isabella Torres, Gláucia Oliveira e Luanny Lima

Figura 6 - Ilustração de material manipulável “Cara a Cara com o Tópico-Sujeito”



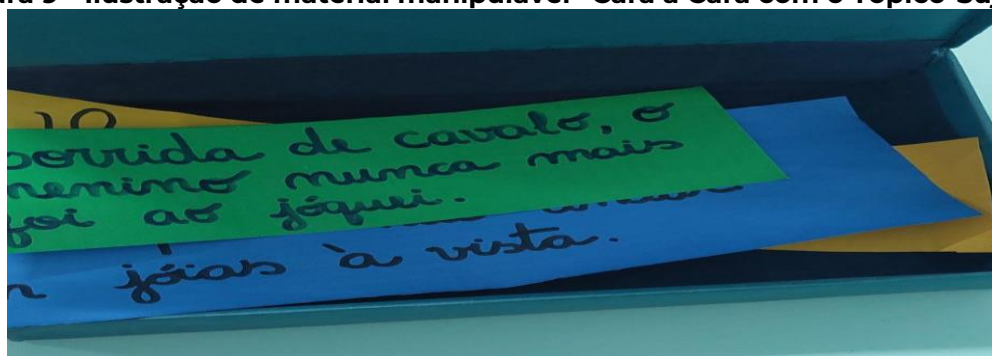
Figura 7 - Ilustração de material manipulável “Cara a Cara com o Tópico-Sujeito”



Figura 8 - Ilustração de material manipulável “Cara a Cara com o Tópico-Sujeito”



Figura 9 - Ilustração de material manipulável “Cara a Cara com o Tópico-Sujeito”



Para tanto, o supracitado parágrafo busca trazer uma contribuição para se pensar o ensino de sujeito *versus* tópico da sentença para as aulas na Educação Básica por meio de materiais manipuláveis, uma proposta que preconiza o uso da metacognição no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo de língua portuguesa. Esse recurso permite não só o deslanchar de uma aprendizagem significativa, como também a atuação dos diversos processos cognitivos que estão subjacentes na assimilação de conhecimentos. De acordo com Ribeiro (2003), há duas compreensões do que significa a metacognição,

assim, como objeto de investigação e no domínio educacional encontramos duas formas essenciais de entendimento da metacognição: conhecimento sobre o conhecimento (tomada de consciência dos processos e das competências necessárias para a realização da tarefa) e controle ou autorregulação (capacidade para avaliar a execução da tarefa e fazer correções quando necessário - controle da atividade cognitiva, da responsabilidade dos processos executivos centrais que avaliam e orientam as operações cognitivas) (Ribeiro, 2003, p. 17).

Nesse sentido, a partir do protagonismo que o aluno brasileiro toma no século XXI, é válido lançar mão da cognição porque ela auxilia tanto no aprendizado quanto na exploração das potencialidades do educando, colocando-o, assim, no centro do processo pedagógico. Entendemos que o processo de ensino para as expressões idiomáticas deve ter como foco o aluno e, portanto, esse deve ter a consciência linguística de que a idiomatização segue determinados padrões. A partir do reconhecimento do aluno de que as expressões seguem determinados padrões, fica mais fácil a sua sistematização cognitiva. Com os pressupostos de Pilati (2020), desenvolvemos um material manipulável para ilustrar a arquitetura sintática.

Além disso, é importante salientar a necessidade de o professor conhecer os aspectos da pragmática, visto que os sintagmas topicalizados estão associados ao contexto extralinguístico em que se é aplicado. Nesse sentido, pragmática refere-se à aplicação do uso linguístico em

determinado contexto. Charles Morris (1938) entendia que a Pragmática² deveria centrar-se em três níveis linguísticos: i) sintático, relação entre os próprios signos; ii) relação dos signos com seus referentes; iii) a relação do signo linguístico com seu usuário. Compreendendo que tais constituintes topicalizados estão relacionados às questões discursivas e pragmáticas no contexto, é fulcral que o docente evidencie as propriedades e diretrizes pragmáticas que incidem sobre tal fenômeno. Nesse sentido, a Pragmática corrobora a elucidação da linguagem como ferramenta que floresce a partir da interação social e que, conseqüentemente, possui impactos dos atos adotados pelos falantes.

Aliada à compreensão da Pragmática como elemento importante no estudo de “tópico” e “foco” problematizados em sala de aula, também merece destaque a gramática contextualizada. A relevância da gramática contextualizada deriva de sua capacidade de se adequar de maneira mais eficaz às necessidades reais dos alunos e à natureza fluida da linguagem. Em contraposição às abordagens tradicionais que focam em regras gramaticais isoladas, a gramática contextualizada leva em consideração o uso autêntico da linguagem em situações reais de comunicação. Isso possibilita aos alunos não apenas entenderem as estruturas gramaticais, mas também compreenderem como e por que essas estruturas são empregadas na prática linguística.

4. CONCLUSÃO

Neste contexto, examinar a definição gramatical para identificar o sujeito na sentença revela-se insuficiente e, frequentemente, problemático. A abordagem da Cartografia Sintática surge para elucidar não apenas os sintagmas presentes nas representações arbóreas (Rizzi, 1997), mas também para argumentar que uma definição fixa de sujeito nem sempre é adequada, dada a natureza polivalente desse elemento na língua portuguesa. Assim, é necessário considerar elementos que não são estritamente determinados pelo verbo.

O propósito é promover a compreensão da diversidade de formas em que essa categoria gramatical pode se manifestar na língua, levando o aluno a entender que a posição na sentença deve ser determinada pela Estrutura Argumental do verbo, em vez de por definições semânticas

² De acordo com Pinto (2001), os temas abordados estão relacionados às considerações sobre os elementos sociais, de classe, de gênero, de raça e de cultura que influenciam a prática linguística. Para tanto, convém ao professor, durante a prática docente, levar em consideração tais questões. Propor, por exemplo, em uma aula de Sintaxe, a investigação dos sintagmas topicalizados utilizados por homens e/ou mulheres; ou, por exemplo, instigar um trabalho de análise das regiões do país que mais utilizam tais elementos discursivos. Tal ideia vai ao encontro da proposta da BNCC (2017), que defende a análise linguística em sala.

inconsistentes. Portanto, a intenção de introduzir abordagens práticas e inovadoras para os professores de língua surge da dificuldade desses profissionais em aplicar os resultados das pesquisas científicas contemporâneas em sua prática pedagógica.

Nesse sentido, argumenta-se que a teoria linguística gerativista oferece valiosas contribuições para o ensino da Gramática, concebida como um conjunto de regras sistêmicas internalizadas pelos falantes nativos, em qualquer língua. Especialmente no contexto do Ensino Médio, cujos objetivos incluem compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, a relação entre teoria e prática em cada disciplina (LDB, 1996). Dessa forma, a aproximação entre linguística e ensino não apenas eleva a qualidade do ensino de línguas, mas também promove o protagonismo dos alunos, possibilitando a prática científica da linguagem na Educação Básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL. CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.

_____. **Knowledge of language: its nature, origin and use**. New York: Praeger, 1986.

_____. **Estrutura sintática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CUNHA, C. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7 ed., reimpr. – Rio de Janeiro: Lexikon, 2017. 800 p.

DUARTE, M.E.L. **Termos da Oração**. In: VIEIRA S.R. & BRANDÃO, S. F. (Orgs.) *Ensino de Gramática. Descrição e uso*. São Paulo. Editora Contexto, 2007.

KENEDY, E. **Curso básico de linguística gerativa**. SP: Ed. Contexto, 2013.

MORRIS, Charles. **Foundations of the theory of signs**. In: *International Encyclopedia of Unifi ed Science* (ed. Otto Neurath, vol. I, nº 2). Chicago: University of Chicago Press, 1938.

MIOTO, C.; SILVA, M; C.F.; LOPES, R.E.V. **Novo manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 3ª ed., 2007.

NETO, A. T. **Sintaxe Gerativa: uma introdução à cartografia sintática**. Nova Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

PINTO, J. P.. **Pragmática**. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. V.2 . São Paulo: Cortez, 2001

PILATI, E. *Linguística, gramática e aprendizagem ativa*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.

PILATI, E. **Sobre o uso de materiais manipuláveis nas aulas de gramática, aprendizagem ativa e metacognição.** In: GUESSER, Simone; RECH, Núbia Ferreira (orgs.). *Gramática, Aquisição e processamento linguístico: subsídios para o professor de língua portuguesa.* Campinas, SP: Pontes Editores, p. 87- 108, 2020a.

POLLOCK, J. Y. 1989. **Verb Movement**, Universal Grammar, and the Structure of IP, em *Linguistic Inquiry* 20, 3, p. 365-424.

PERINI, M. A. **Para uma nova gramática do português.** São Paulo: Ática, 1985.

_____, M. A. **Gramática descritiva do português.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

RIBEIRO, C. **Metacognição: Um Apoio no Processo de Aprendizagem.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 2003.

RIZZI, L. 1997. **The fine structures of left periphery.** In: Haegeman, L. (Ed.). *Elements of grammar: Handbook in Generative Syntax*, p. 281-337, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

SALIMO, C. **Descrição e análise sintática de extensões verbais em Kimwani, uma língua bantu falada em Moçambique.** Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2021.